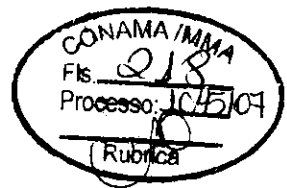


Date sent: Thu, 20 Sep 2007 15:10:10 -0300  
To: dominique.louette@mma.gov.br  
From: "Mirjana.pavicic" <mirjana.pavicic@diadema.sp.gov.br>  
Copies to: Marcelo Carvalho <marcelo.carvalho@mma.gov.br>  
Send reply to: "Mirjana.pavicic" <mirjana.pavicic@diadema.sp.gov.br>  
Subject: Resolução Conama



Querida Dominique

Peço desculpas pela demora da resposta. É Word Novo, então coleí e a resposta está a seguir:

Primeiramente queria justificar o atraso da devolução do questionário encaminhado que se deu devido ao recebimento na data de hoje.

Estou lotada na Divisão Regularização Fundiária do Município de Diadema e temos legislação municipal de regularização fundiária para interesse social e específico. Lei Municipal 2581/06.

Começamos aplicar o determinado nesta lei, mas para iniciar a análise e licenciamento escolhemos empreendimentos que não estão situados em faixas de APP devido à dificuldade de entendimento dos procedimentos da resolução tanto do órgão municipal quanto estadual.

Quanto à aplicação da resolução, ainda não temos nenhum caso específico em análise, apesar de já estarmos traçando as diretrizes para o Plano de Regularização Fundiária Sustentável para o município.

Tivemos também algumas dúvidas quanto à aplicação da referida resolução que estaremos tentando esboçar nas respostas deste questionário.

Por último, temos uma dúvida quanto aos procedimentos aonde a canalização dos córregos já foi executada há bastante tempo (mais de 10 anos) com outorga do DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo) para implantação de sistema viário por cima da APP, tanto em loteamentos particulares de interesse específico, quanto aos de interesse social. Este procedimento de fornecer outorga para implantação de sistema viário é totalmente comum no Estado e não há o cuidado de preservação da faixa dos córregos.

Queremos salientar que o Município de Diadema está quase na sua totalidade urbanizado e não possui nem área de expansão urbana e muito menos rural, só zona urbana. Nestes casos devemos prosseguir com o determinado na resolução ou não há necessidade, visto a obtenção da outorga do órgão estadual ambiental?

**Informação solicitada aos órgãos licenciadores para monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA 369/2006 que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente-APPs.**

1 - Quais são as dificuldades encontradas na interpretação e aplicação dos dispositivos desta resolução?

Os procedimentos para a sua aplicação não são claros, principalmente quanto às competências das diferentes instâncias governamentais, gerando dúvidas sobre a competência da aprovação.

2 - Como se dá o trâmite processual, como se procede à análise das solicitações de intervenção em APP protocoladas?

Ainda não temos nenhum caso concreto de protocolamento do pedido devido à dúvida de competências e procedimentos elencados na questão acima. Também temos a ideia de aprovarmos um Plano de Regularização Fundiária Sustentável para o município traçando diretrizes gerais e depois prosseguirmos com estudos de caso a caso. Nosso município tem 30,7 Km<sup>2</sup> e aproximadamente 400.000 habitantes.

3 - Encaminhar a lista dos pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados no seu órgão, especificando para cada um:

Para fins de regularização fundiária de interesse social, nenhum. Para implantação de viário, um.

a - Tipo de obra, plano, atividade ou projeto, conforme tipologia especificada na Resolução CONAMA nº 369/2006:

- a regularização fundiária sustentável de área urbana ocupada por população de baixa renda,
- implantação de área verde de domínio público em área urbana,
- b - Tipo e área da APP afetada, conforme tipos elencados na Resolução CONAMA nº 303/2002:
  - faixa marginal de rio
  - entorno de nascente ou olho d'água

c - Resultado da análise da solicitação: Aprovação ou Negação do pedido

Não tem.

d - Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP

Não tem.

--  
Mirjana Pavicic  
Arquiteta e Urbanista  
Divisão de Regularização Fundiária  
SEHAB  
Av. Sete de Setembro, 573  
fone: 40559304; 40559300

mirjana.pavicic@diadema.sp.gov.br

